

Resumo: Neste trabalho pretendemos analisar as conseqüências que a Reforma implantada por Pedro Ernesto Baptista na Assistência Municipal, em 1933, trouxe para o mercado de trabalho médico. Os acontecimentos políticos no país, ao final de 1930, contribuíram para que a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, se tornasse um importante ponto de sustentação para o Governo Provisório, que se instalara sob a chefia de Getúlio Vargas. A participação política de Pedro Ernesto nestes eventos, aliada à sua formação médica e gerencial na clínica particular, proporcionou a sua inserção no ambiente governamental. Inicialmente indicado para resolver os problemas inerentes à Assistência Hospitalar do Brasil, onde apresentou bons resultados administrativos, Pedro Ernesto não tardou a ser nomeado para assumir a Interventoria do Distrito Federal. Neste cargo pode estabelecer medidas de cunho social, sobretudo nas áreas da educação e da saúde. Uma delas determinava a reorganização dos serviços médicos e hospitalares para a população do Rio de Janeiro, visando a assistência aos indivíduos necessitados. Os instrumentos legais promulgados por Pedro Ernesto provocaram um desequilíbrio na relação entre o Estado, o indivíduo e a profissão médica. Observaremos as manifestações da sociedade à estas medidas, mas sobretudo as reações provocadas no meio médico, buscando avaliar com isto, as alterações no âmbito do mercado de trabalho daquela categoria profissional.